

Eliane Marques da Silva
Renata Maria da Conceição dos Santos

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO EM
ALAGOAS – O PERCURSO DO LICEU PROVINCIAL (1849-1900)**

**Maceió
2008**

Eliane Marques da Silva
Renata Maria da Conceição dos Santos

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO EM
ALAGOAS – O PERCURSO DO LICEU PROVINCIAL (1849-1900)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação da Universidade federal de alagoas com requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira

Maceió

2008

Eliane Marques da Silva
Renata Maria da Conceição dos Santos

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO EM
ALAGOAS – O PERCURSO DO LICEU PROVINCIAL (1849-1900)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação da Universidade federal de alagoas com requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira – Orientadora
Universidade Federal de Alagoas

Profa. MS Mônica Costa santos
Fundação Casa de Penedo

Profa. MS Wilson Correia Sampaio
Universidade Federal de Alagoas

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, Ele que é princípio e fim de todas as coisas. A todas as pessoas que de uma forma ou outra nos apoiaram: familiares, amigos e companheiros de caminhada discente.

Aos nossos professores que nos acompanharam durante todo curso e que contribuíram para nossa formação, que deve ser contínua.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que nos deu a vida, inteligência e a oportunidade de alcançar nossos objetivos e nos premiou dando o merecimento da realização deste Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. Aos nossos mestres e nossa orientadora Maria das Graças de Loiola Madeira, pelo conhecimento adquirido e pela paciência e compreensão que tiveram diante de nossa dificuldade. Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas que nos ajudaram, facilitando nossas pesquisas. Aos nossos pais que nos ensinaram a não desistir diante dos desafios e obstáculos, contribuindo para nossa formação pessoal e profissional, incentivadores maiores de todas as nossas realizações.

“Penso que neste momento, e pelo menos transitoriamente, há que buscar energias progressistas sobretudo no passado. Não se trata de uma tarefa fácil porque a teoria da modernidade desvalorizou sistematicamente o passado em benefício do futuro. O passado foi sempre concebido como reacionário e o futuro como progressista”.

(SANTOS, Boaventura de Souza 1996)

RESUMO

Este Trabalho tem como objetivo analisar aspectos relativos ao processo de Instrução Secundária em Alagoas, especificamente sobre o Liceu Alagoano, desde sua criação em 1849 até 1900. Para a realização deste trabalho, consultamos documentos e jornais do século XIX, o *Diário das Alagoas* e o *Gutenberg*, bem como os Relatórios dos Presidentes da Província. O Liceu Provincial, como era nomeado, foi a primeira instituição pública fundada em Alagoas com o objetivo de preparar a elite masculina para o ensino superior. Foi uma instituição de grande prestígio, a exemplo dos demais liceus imperiais, responsável por formar homens letrados. O liceu Alagoano institucionalizou-se como referência para o ensino secundário da província. Durante sua trajetória, seguia os estatutos da escola “modelo”, ou seja, o Colégio Pedro II. Seu corpo docente também era formado por intelectuais, que ocupavam cargo de prestígio, como Diretor geral da Instrução Pública, responsável também pela elaboração da legislação que organizaria o nosso sistema de ensino no Império. Tais professores selecionavam os conteúdos escolares e escolhiam as obras didáticas, que, muitas das vezes, eram de sua autoria, a exemplo de Abelardo Duarte. Apesar das dificuldades enfrentadas pela instituição, com o pouco investimento na contratação de professores efetivos, atraso nos salários, pouca frequência de alunos, seu fechamento em 1861. É reaberto em 1863, mesmo assim, o liceu continuou prestigiado, sendo alvo de disputa entre a elite letrada.

Palavras – chave: Liceu Alagoano- Ensino Secundário – Educação em Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – A ORIGEM DO LICEU: UMA TRADIÇÃO DO OCIDENTE....	12
1.1 O ensino secundário brasileiro no século XIX – a origem dos Liceus	12
1.2 A influência do modelo português.....	14
1.3 O Colégio Pedro II	16
1.4 Breve histórico dos Liceus Nordestinos.....	17
1.5 O ensino alagoano no século XIX.....	18
CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO E O DESDOBRAMENTO DO LICEU DE ALAGOAS	23
2.1 Extinção e restauração da instituição.....	26
2.2 Intelectuais docentes do Liceu	30
2.3 A equiparação do Liceu ao Ginásio Nacional	32
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade tratar da trajetória do Liceu Provincial com funcionamento em Maceió, primeira instituição fundada com o objetivo de preparar a elite masculina para o ensino superior, cuja fundação se deu em 1849. Poucos estudos têm sido feitos sobre a instituição, apesar de sua importância tanto para a formação das elites dirigentes locais, como também pela responsabilidade que lhe cabia com relação aos demais níveis de ensino da Província. Dos estudos sobre o Liceu de Alagoas, destacamos a obra de Abelardo Duarte, *História do Liceu Alagoano* (1961), que focaliza a trajetória da instituição desde sua criação até 1960.

Outro estudo realizado sobre o Liceu, ainda de menor proporção, é o de Craveiro Costa em *Instrução pública e instituições culturais de Alagoas*, publicado originalmente pela Imprensa Oficial do Estado de Alagoas em 1931. Parte do texto foi reeditada na obra organizada por Élcio de Gusmão Verçosa, *Caminhos da Educação em Alagoas – da Colônia aos dias atuais* (2001). Consultamos também, para elaboração desta pesquisa, documentos e jornais datados do século XIX, como o *Diário das Alagoas* e o *Gutenberg*, além dos Relatórios dos Presidentes da Província.

A relevância em resgatar a história do Liceu de Alagoas fundamenta-se, como dissemos, na importância da instituição como formadora de uma elite pensante que terá influência decisiva nos demais níveis de ensino, além daquele de natureza privada. Os professores do Liceu eram intelectuais que ocupavam cargos de prestígio, como Diretor Geral da Instrução Pública, e era responsabilidades deles também elaboradas a legislação que organizaria o sistema de ensino na província. Tais professores, além de legisladores selecionavam os conteúdos escolares, por meio da adoção de obras didáticas por eles também elaboradas, além da seleção de professores para o ensino primário. Alguns deles também eram donos de colégios particulares a exemplo, o professor Bernardo Pereira do Carmo Júnior, dono do Colégio São Bernardo. Os mesmos professores do Liceu ensinavam na escola Normal e lá ordenavam o conteúdo de ensino e os critérios para seleção de alunos e professores.

Nosso ingresso em 2004, no grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas” com a orientação da Professora Maria das Graças de Loiola Madeira do Centro de educação/UFAL, ajudou a estruturar nosso projeto de pesquisa. Durante as primeiras visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, percebemos a ausência de condições de pesquisa no acervo. A primeira delas relacionava-se ao fato de somente

funcionar no período da manhã, horário este em que também estávamos matriculadas no Curso de pedagogia. As outras se deviam ao manuseio dos jornais, os quais estão em processo avançado de decomposição, onde muitos já se encontravam lacrados por não haver mais condições de manuseá-los. Muitos dos jornais já tiveram algumas de suas páginas esfaceladas, impossibilitando assim o entendimento das informações neles contida. Algumas vezes, encontrávamos matérias importantes relacionadas ao nosso objeto de estudo, mas não podíamos concluir porque percebíamos que parte dela havia sido extraviada. No decorrer do trabalho de investigação historiográfica percebemos que o pesquisador nesta área deve ter pelo menos duas características primordiais. A primeira seria a virtude da paciência, para compreender que se empenhou numa aventura, na qual os dados não estão dados à disposição do pesquisador, ou seja, encontrar certo dado pode significar dias e até semanas de busca. No caso das fontes relacionadas ao Liceu, fomos privilegiadas, pois este era bastante divulgado na imprensa. A segunda seria a persistência, que significa não desistir da busca por mais que nos pareça cansativo e desanimador. É essencial manter-se firme no objeto que se pretende investigar. Pesquisar na realidade é um trabalho minucioso que exige paciência e cautela, semelhante ao trabalho do detetive; ele precisa interpretar o que está sendo dito e ver além do exposto; seu olhar deve estar atento para que detalhes importantes não passem despercebidos.

A partir da nossa inserção no grupo de pesquisa e conseqüentemente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas surgiu o interesse pelo ensino secundário alagoano, durante o estudo e análise das matérias, sendo este o local em que encontrávamos grande parte dos assuntos referentes ao Liceu. Assim, nos debruçamos sobre a instituição para tentar entender a importância e o objetivo do prestígio que ele alcançou. Para ampliar nosso conhecimento a respeito do tema tivemos que buscar dados sobre a realidade alagoana, seus costumes, sua economia, sua política e sua cultura. Entendemos que o pesquisador não segue apenas um caminho para entender seu objeto de estudo, e dessa forma utilizamos como fonte de pesquisa: Relatórios de Presidentes da Província, periódicos do século XIX e uma bibliografia que nos ajudou a entender melhor o ensino secundário naquela época do ponto de vista nacional e internacional.

Para realizarmos esta pesquisa, buscamos investigar com detalhes as especificidades de Alagoas e, sobretudo, do Liceu alagoano. Porém, quando precisamos

elaborar um conhecimento que ultrapasse nossa compreensão imediata da realidade, este saber que se constrói pode contrariar e até negar nossas elaborações iniciais.

Do ponto de vista metodológico, pesquisar significa a busca de descobertas referentes a um campo do conhecimento e isso exige uma investigação profunda. No caso da pesquisa histórica, a fonte significa o ponto de partida. É necessário lembrar que a trajetória da pesquisa é muito complexa, envolvendo dúvidas e impasses, que devem ser analisados, isto deixa os pesquisadores trabalharem mais com a incerteza do que propriamente com caminhos definidos.

Refletir metodologicamente sobre o desenvolvimento da pesquisa é essencial, isto engloba os problemas e desafios a serem enfrentados. Neste caminho é preciso escolher as metas que se apresentam como mais promissoras ao seu desenvolvimento (DERMATINI apud AZANHA, 1992).

Todas as fontes são produções humanas, que auxiliam o trabalho do pesquisador, as fontes tradicionais como: relatórios, correspondência oficial, mensagens de governador são bastante utilizadas. No plano da documentação não oficial podemos destacar outras fontes, crônicas de jornal, os almanaques e revistas, os livros didáticos, a música. Tal documentação riquíssima é complementada por fontes oriundas do âmbito do privado: correspondência, diários, papéis avulsos, livros de receitas. Os exemplos de fontes são diversos, pois fontes são marcas do que foi, são traços, fragmentos e vestígios. Tais indícios do passado chegam até nós em forma de documento. Dessa forma, elas são fruto de uma renovada descoberta, pois só se tornam fontes quando apresentam pistas que indicam os caminhos mais viáveis para uma investigação. Se o historiador não der sentido aos dados que obtém, a construção do trabalho se resumirá meramente no acúmulo de material velho. (PESAVENTO, 2005).

O pesquisador é aquele que irá escolher as palavras, construir argumentos a fim de elaborar elementos para explicar determinado problema. O historiador é aquele que utiliza os indícios pesquisados e selecionados de modo combinado, a fim de explicar e revelar os significados. No campo da história, o pesquisador narra os fatos que ocorreram, sabendo que este mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. É preciso ter em mente que jamais haverá uma verdade única ou absoluta (PESAVENTO, 2005, p. 50-51).

Para Reis (1998), todo documento que seja vestígio da passagem do homem é considerado fonte histórica. A inovação da metodologia na pesquisa histórica proporcionada pela *Escola dos Annales* fez com que historiadores passassem de “meros

coleccionadores de dados” e respondessem a questões que antes não era possível. Neste sentido, o pesquisador deixa de ser um “contador de fatos” e passa a explicá-los, posicionando-se diante dos eventos, discutindo-os, analisando-os e demonstrando aonde quer chegar.

Para realizarmos nosso trabalho de pesquisa utilizamos como local de consulta o Instituto Histórico e geográfico de Alagoas e o Arquivo Público, locais estes que ainda têm em sua hemeroteca, jornais do século XIX, e que permitem a entrada de pesquisadores para consulta.

Nossa prioridade pelas fontes jornalísticas locais dá-se pelo fato da facilidade de se encontrar dados sobre a trajetória do Liceu. A partir da leitura destes documentos, julgamos ter conseguido apreender o que estava nas entrelinhas do que divulgavam os jornais que circulavam em Alagoas naquele período.

Os periódicos utilizados na realização deste trabalho foram: *Diário das Alagoas*, primeiro jornal a circular diariamente em Maceió (1858-1892). Ele passou por várias fases, divulgando com frequência informações sobre o ensino secundário de Alagoas. Teve época em que se aliou ao governo e em outras fez oposição. Abordaremos suas notícias até 1900. E o jornal Gutenberg, que pertenceu a um grupo de abolicionistas e republicanos, esteve vinculado ao governo local, possivelmente até 1912, quando foi extinto.

CAPÍTULO I

A ORIGEM DO LICEU – UMA TRADIÇÃO DO OCIDENTE

O Liceu foi fundado em 334 a. C na cidade de Atenas, na Grécia, por Aristóteles, que “[...] pretendia por sua vez ensinar uma enciclopédia do saber, tendo como centro a física e a metafísica, além da lógica e da ética” (CAMBI, 1999, p. 100). Na Idade Média essa instituição perdeu força, devido ao completo desinteresse da igreja Católica em avançar os estudos em ciências, artes, literatura. O Renascimento retoma a importância do Liceu, criado por Aristóteles já que o valor das ciências se sobrepunha aos conhecimentos no âmbito religioso. Neste período surgiram as universidades de grande prestígio e todo aquele que quisesse prosseguir os estudos deveria seguir para lá. A partir do modelo napoleônico, na França, o Liceu foi trazido para o Brasil, espalhando-se por várias províncias, mas seguindo sempre o modelo europeu, pois a Europa era exemplo de cultura e civilização para as outras nações. No Brasil, ele se manteve até meados do século XX, com o mesmo apogeu da Europa.

1.1 O ensino secundário brasileiro no século XIX – a origem dos Liceus

O século XIX sofreu grandes transformações nos setores econômicos, político, social, religioso e cultural, influenciado pela Revolução Industrial e Francesa, no final do século XIX. Entretanto, o sistema escolar não atendia a todos, uma vez que a educação acompanhava apenas a elite intelectual, para ocupar cargos de alto prestígio social. A educação Secundária destinada apenas à elite brasileira ultrapassou todo o período imperial, chegando ao século XX. No império foram criados os cursos superiores de maior cobiça: Medicina na Bahia e Rio de Janeiro e Pernambuco, Direito (GERALDO FILHO, 2004, p. 51 e 54).

A história do Ensino secundário no Brasil no século XIX não se inicia apenas com a fundação dos liceus provinciais. A tradição do ensino humanista, mantida pelos jesuítas em seus colégios, e a ação do Marquês de Pombal, logo quando expulsou aqueles religiosos em 1759, lançaram as bases tradicionais e modernas para o ensino secundário no Brasil. Tal ensino foi mantido pelos jesuítas por mais de duzentos anos, visando à preparação da elite brasileira para seguir os estudos superiores nas Universidades de Coimbra ou da França. Em 1759, um Alvará do Marques de Pombal

expulsa a Ordem dos Jesuítas de Portugal e de seu reino, o que ocasionou o fechamento dos colégios, mantidos no Brasil. Logo após a expulsão daqueles religiosos, o ensino secundário permaneceu sob o regime de aulas-régias (VECHIA, 2005, p. 78).

A reforma pombalina serviu para quebrar o monopólio jesuítico, mantido sobre o ensino secundário. Entretanto, a mentalidade de tal ensino foi mantida, pois os professores que regiam o ensino em sua maioria haviam estudado nos próprios colégios dos jesuítas existentes no Brasil ou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra, que, por sua vez, também eram administradas pelos mesmos. Gradativamente, as reformas de Pombal foram incutidas em nosso país, principalmente com a implantação no ano de 1800 do seminário de Olinda, divulgador do ideário iluminista, sendo este o germe da escola secundária e do ensino superior no Brasil (VECHIA, 2005, p. 79).

Para Vechia (2005), o século XIX foi caracterizado por novas concepções e ideais racionalistas, baseados na busca do progresso cultural, intelectual e social. No que se refere à estrutura curricular do Liceu neste século, encontramos a ausência de disciplinas voltadas para esse aspecto do progresso material e cultural do país. Mantendo como base curricular a tradição humanística e literária herdada dos colégios dos jesuítas, como Retórica e Filosofia, entre outros.

De acordo com Siqueira (2000), o ensino secundário surgiu da necessidade que os estudantes da época tinham em ingressar nos cursos superiores do Império, exigindo que os mesmos fossem avaliados pelos Exames Gerais de Preparatórios¹. E para facilitar a avaliação dos candidatos, devido ao fato de se ter uma grande extensão do território brasileiro, foram criadas nas diversas províncias em que se encontravam estes cursos, as bancas examinadoras, que tinham por objetivo tornar acessíveis tais exames a todos os candidatos que a eles quisessem submeter e promover. Houve casos em que os examinadores que constituíam a banca foram acusados de parcialidade e de “vender” as aprovações aos alunos sem preparo algum.

A fim de centralizar as aulas avulsas foram criados os Liceus nas diversas províncias brasileiras. Uma das primeiras criadas no Nordeste foi a de Pernambuco em 1826, na Paraíba e Bahia em 1836. Em geral, tais instituições apresentavam uma frágil organização, resumindo-se em aulas avulsas sem nenhuma relação das disciplinas entre si.

¹ Os Exames Gerais de Preparatórios foram criados, à época, para validar, através do Colégio Pedro II, os estudos secundários ministrados nas Províncias, a fim de permitir o acesso do aluno ao ensino superior. Tais exames eram realizados apenas por uma instituição oficial de ensino delegada pelo Colégio da Corte.

O ensino secundário foi aos poucos se desenvolvendo com características próprias em cada província, no entanto, com alguns pontos similares entre eles, as aulas avulsas foram então agrupadas nos Liceus. Alguns surgiram promissores, brilhantes, com boas condições econômicas, outros sofreram muitas dificuldades (NUNES, 1999, p. 69).

1.2 A influência do modelo Português

Em Portugal, após a Revolução Liberal no ano de 1820, a coroa portuguesa realizou algumas discussões e achou necessário escolarizar grande parte dos cidadãos, assim garantiriam as eleições e promoveriam o desenvolvimento do país. Em 1836, o Secretário de Estado dos Negócios do reino e um dos Mentores da Revolução, Passos Manuel instituiu algumas reformas no ensino, afetando a instrução secundária. A criação desta instituição teve o interesse em organizar a educação para formar uma sociedade capaz de desempenhar bem os cargos administrativos e também técnicos para as atividades comerciais, bem como preparar para carreira clerical (FERREIRA e VECHIA, 2005, p. 6). Para Ferreira e Vechia (2005), Portugal e Brasil comungavam dos mesmos ideais liberais. As instituições de ensino secundário, o Liceu de Coimbra e o Imperial Colégio Pedro II foram estabelecimentos marcados pela sociedade burguesa. O Liceu de Coimbra surgiu em 1836, em Portugal, marcado pelo idealismo burguês, plasmado numa linguagem liberal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. O colégio Pedro II foi criado em 1837, no Rio de Janeiro, servindo de modelo para as escolas públicas e particulares do Brasil. Seu Estatuto foi organizado com base nos estatutos do Liceu da França, e “muitas das disposições eram cópias quase que literais” (FERREIRA e VECHIA, 2005, p. 7).

Desse modo, a sociedade brasileira teve como base inicial o modelo de colonização herdado por Portugal, e que sofreu influências da educação francesa e prussiana. A respeito comenta Siqueira (2000):

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar é, nas origens da sociedade brasileira, o fato domínio e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando m manter tudo isso em

ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra (SIQUEIRA apud HOLANDA, 2000, p. 30).

É importante ressaltar que os estudos propostos ao Liceu de Portugal também era objeto de estudo no Colégio Pedro II, no entanto, as finalidades eram diferentes. O ensino secundário português tinha por objetivo atender às exigências da burguesia progressista. Já no Colégio Pedro II o objetivo era garantir o aluno no ensino superior e elevar os estudos de Humanidades no Brasil, de uma mentalidade ainda submersa nos valores de uma sociedade comandada por um imperador. (FERREIRA e VECHIA, 2005, p. 7).

Com o modelo francês adotado pelo Brasil, nosso sistema educacional ficou dividido em: curso primário elementar- pedagogia, o complementar – Institutos – Liceus e o superior – Academias. Entretanto, devido às precárias condições da instrução, esse projeto não foi colocado em prática devido à falta de meios necessários. (SIQUEIRA, 2000, p. 38).

No ano de 1841 o Deputado Liberal Antônio Ribeiro de Andrade reformulou o plano dos estudos do Pedro II, justificando que os mesmos deveriam se adequar ao nível de desenvolvimento dos alunos, como também ampliou a oferta das disciplinas. De acordo com Ferreira e Vechia (2005), houve uma redução da carga – horária referente às disciplinas da área de Humanidades, responsável por 60% dos estudos no plano geral. Já o ensino de Francês e Inglês triplicou. No entanto, a área de ciências sofreu alterações e avanços significativos. Tais mudanças apontaram para a modernização do plano dos estudos que estavam em grande desenvolvimento na Europa (FERREIRA e VECHIA, 2005, p. 84). Segundo Barreto (1994), “a partir de 1879, passaram a ser reconhecidos os exames realizados nos Liceus que seguiam o mesmo programa de estudo do Colégio Pedro II” (BARRETO, 1994, p. 77).

Com a última reforma educacional, em 1879, promovida pelo Ministro Leôncio de Carvalho, foi instituído normas para o ensino primário e secundário em todo país, dando autonomia aos cursos superiores para criar escolas particulares que podiam ser frequentadas pelos filhos de escravos, e estabelecida a obrigatoriedade de estudos dos 7 aos 14 anos. De acordo com Geraldo Filho (2004, p. 61), “foi um grande avanço, mas na realidade o Império legou a República um ensino de elite, parcelado e sem nenhuma atenção ao conhecimento para as classes populares”.

A reforma do ensino secundário na República foi feita por Benjamim Constant primeiro ministro da pasta da Instrução, Correios e Telégrafos (1890-1892). Tal reforma

foi ocasionada pela mudança do currículo do Colégio Pedro II, inserindo o estudo das ciências que incluía noções de sociologia, moral, direito e economia política. Constant era adepto da filosofia positivista, cuja função era preparar mentes com os princípios racionais da ciência (XAVIER, 1994, p. 106).

Com o estado deplorável em que se encontrava o ensino secundário no Município da Corte em 1830, foi proposta a implantação de um estabelecimento que servisse de modelo de instrução secundária para toda província brasileira, o Colégio Pedro II (VECHIA, 2005, p. 82).

1.3 O Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II fundado no Rio de Janeiro, em 1837, teve uma história institucional marcada pelo caráter nacional, por ser privilegiado, atendeu a interesses da classe senhorial brasileira. A partir desta instituição, podemos compreender a situação do ensino secundário no Brasil no período estudado. Com a finalidade de criar uma escola secundária no Município da Corte, que servisse de modelo às demais instituições de ensino público e particular, o Ministro Bernardo de Vasconcelos aprovou a criação do Imperial Colégio De Pedro II, dando início ao ensino secundário público no Brasil. Para garantir a qualidade de ensino na instituição, seus estatutos foram baseados nos liceus franceses. O colégio tinha por objetivo educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira, e também serviria de modelo para os demais estados do Brasil. Seu plano de estudos era enciclopédico, ou seja, incorporava a Gramática, a Retórica, a Poética, a filosofia, o Grego e o Latim (VECHIA, 2005, p. 82).

No período imperial, ingressar em escolas era bastante concorrido. Visto que o acesso a tal instituição era controlado pelos Exames Gerais Preparatórios, sendo dispensados destes apenas os que estudavam na escola secundária padrão, ou seja, no Colégio Pedro II. Tais exames, até os nos 1850 eram realizados nas próprias faculdades e tinham validade específica. A partir de 1851 até 1873, passaram a ser feitos no Colégio Pedro II, tendo validade nacional. (BARRETO, 1994, p. 76). Os alunos deveriam passar oito anos na referida instituição, podendo ser reduzido a quatro anos, se os mesmos fossem submetidos à realização de um exame. Se eles fossem reprovados por duas vezes eram excluídos do Colégio Pedro II. Caso aprovados em todas as disciplinas receberiam o Diploma de Bacharel em Letras, assim possibilitavam aos

alunos o ingresso na Academia do Império sem prestar os referidos exames nos cursos superiores (VECHIA, 2005, p. 84).

O currículo do Colégio Pedro II apresentava as seguintes disciplinas: Gramática Latina, Latinidade, Grego, Francês, Inglês, Geografia, História, Retórica e Poética, Filosofia, Aritmética, Álgebra, Trigonometria Mecânica, Astronomia, Zoologia, Botânica, Mineralogia, Química, Física, Desenho e Música vocal.

1.4 Breve histórico da trajetória dos Liceus Nordestinos

Revistamos a literatura da história da educação do Nordeste, na qual já constam vários estudos sobre a trajetória dos liceus. Percorremos aos escritos referentes a quase todas as províncias nordestinas. E percebemos que as especificidades são similares.

O ensino secundário do Piauí iniciou em 1845, entretanto, as aulas só começaram em 1848. Essa instituição sofreu grandes dificuldades com a mudança da capital da província de Oeiras para Teresina, em 1852. Com isso tornou-se difícil à vida do Liceu Piauiense, chegando o mesmo a funcionar nas casas dos professores até o ano de 1854. Dois anos depois se transferiu para um prédio ao lado da Igreja do Amparo. Tais dificuldades com relação a um prédio próprio não foi uma particularidade somente do Piauí, passou também o de Alagoas, entre outros espalhados pelo Nordeste brasileiro. Devido à crise e a frequência irregular dos alunos, o Liceu do Piauí foi extinto em 1861. Mas pela resolução nº 599, de 09 de outubro de 1867 é reativado e no ano de 1916 foi comparado ao Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II. Com isso, o ensino secundário no Piauí passou por uma série de retrocessos, através de extinções e reaberturas (FERRO, 1996, p. 69).

De acordo com Barreto (1998), o Liceu de Sergipe foi fundado em 1847, funcionando como organizador do ensino secundário. Havia nesta província cinco cadeiras avulsas, de Filosofia, Retórica, Geometria, Latim e Francês. No ano de 1850, foram criadas as cadeiras de Geografia, História e Inglês. Este estabelecimento permaneceu em funcionamento até 1855, ano em que foi extinto.

Já o Liceu da Paraíba foi fundado em 1836, iniciando suas aulas em 1837. No ano de 1846 é oficializado o seu estatuto, iniciando a organização dos estudos com as seguintes disciplinas: Latim, Francês, Retórica, Poética, Geografia, História, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria, Álgebra até equação do 2º grau, Trigonometria (OLIVEIRA, 2006). A instituição também passou por dificuldades, entre

elas, a baixa frequência dos alunos, onde por várias vezes foram denunciadas na Assembleia pelo presidente da província. Tal situação passou a ser resolvida com a realização dos Exames Gerais de Preparatórios (OLIVEIRA, 2006, p. 23).

Segundo Cavalcante (2002), o Liceu do Ceará foi criado em 1844, sendo inaugurado um ano depois. Passou a ser um estabelecimento de referência de escola de qualidade, por possuir um respeitoso e reconhecido quadro docente, sendo frequentado pelas elites locais.

De acordo com Antonieta Nunes (2008), o Liceu baiano foi fundado em 1836, com o objetivo de organizar o ensino secundário, começando a funcionar no Convento dos Padres Agostinianos, no ano de 1837. Essa instituição também enfrentou alguns problemas para poder se estruturar, com os baixos salários dos professores e a falta de um local próprio para serem ministradas as aulas, todos esses fatores prejudicavam o ensino secundário na província baiana.

Sobre a situação precária em que se manteve o ensino secundário em 1864, afirma Liberato Barroso em seu relatório.

São somente os estudos clássicos ou de humanidades que constituem o programa de ensino em quase todos os estabelecimentos públicos. Está o ensino médio no Império muito longe do desenvolvimento a que tem chegado nos países civilizados; e sua organização é muito defeituosa e diferente do que esses países têm atualmente adotado para suas escolas (NUNES apud BARROSO, 1999, p. 71).

Podemos constatar através desse item que o ensino secundário público nas diversas províncias passou por várias dificuldades, apresentando alguns pontos semelhantes ao de Alagoas. Com relação à Província Alagoana, o ensino secundário apresentou-se de forma mais acentuada.

1.6 O ensino alagoano no século XIX

Com o Ato Adicional em 1834, houve mudanças profundas na evolução educacional brasileira, dando a cada província o direito de estabelecer o ensino primário e secundário (NUNES, 1999, p. 29). Esse foi um dos sinais da educação brasileira permanecendo até os dias atuais. Assim, tanto o ensino primário quanto o secundário ficavam sob-responsabilidade das províncias, e o ensino superior a cargo do poder imperial.

De acordo com os relatórios dos Presidentes da província Alagoana, e das matérias jornalísticas publicadas durante o século XIX, abordaremos alguns aspectos importantes para compreensão da situação da educação em Alagoas.

É fato que a educação, desde seu início, foi destinada a elite intelectual, econômica, social e cultural brasileira. Em Alagoas, a situação tendia a ser mais acentuada, pois, havia um grande número de analfabetos na Província, sendo assim, essa situação só se reverteria se a educação atingisse a todas as classes sociais. Essa é a defesa do presidente da província, Antônio Coelho e Sá e Albuquerque, em seu relatório no ano de 1857.

A instrução de um povo para ser proficua aos fins da sociedade convem que seja accomodada às diversas classes de que Ella se compõe, adaptando-se aos misteres do homem na sociedade; infelizmente não he deste ponto de vista que se tem marchado (www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm).

O ensino primário de Alagoas era oferecido para a classe popular. Ao longo de sua história passou por várias dificuldades, assim como nas demais províncias. Não tinha recurso destinado exclusivamente à educação, sem nenhuma estrutura física, e pedagógica, “entrou pelo caminho do abandono” (VERÇOSA, 2001, p. 8). Verçosa citando Costa comenta a respeito do ensino de primeiras letras e da deficiente formação dos professores (2001, p. 18) “pela maior parte ineptos e sem o menor escrúpulo admitidos para o magistério, não tendo outra recomendação, que o patronado, outro sistema, que a sua vontade, outra tradição, que a incerteza do método”. Para o mesmo autor, a lei de 1836 que organizou o ensino primário ficou a mercê dos interesses individuais em Alagoas. A respeito dessa lei, comenta o diretor da Instrução pública, à época, Silva Titara:

Como se vê, apenas ressalva daquela lei a triste necessidade de proteger a instrução, ou antes de combater o escândalo dos professores, que arrostavam mesmo todas as censuras, todas as recriminações. Eu falo dos maus, e nem todos eram. O método de ensino, nem alguma providência intrínseca da matéria foram objeto da Lei. Autorizando o governo da Província para dar regulamento, recomendava a designação dos dias de estudos e férias. Quando muito poderia o governo designar em seu regulamento o modo do ensino; mas o método não fora prescrito. Continuou, pois, a confusão e o arbítrio, ou antes a desordem das escolas. Foi, é verdade, expedido esse regulamento e no mesmo ano. Mas teve ele de seguir as pisadas da Lei; e, pobríssimo em seu desenvolvimento, não passou dos dizeres de uma matrícula, de uma recomendação ou conselho aos professores, da designação das horas de aula e do tempo das férias e nada mais que fosse novo ou notável na distribuição do tempo e modo de ensinar, e que não fosse muito conhecido em todas as escolas, reconhecendo todavia em suas disposições o ânimo de bem satisfazer

ao seu fim e mais notável bom senso. E foi tudo que houve até 1843 ([www.Crl. Edu./brazil/ALA.html](http://www.Crl.Edu./brazil/ALA.html)).

Em Alagoas, o ensino público secundário sofreu mudanças com a criação do Liceu Provincial em 1849, que por sua vez, seguia o plano do Colégio Pedro II, modelo de ensino secundário no país. Para Verçosa (2006), no ano 1870 a população de Alagoas contava com 310.000 habitantes, sendo o continente escolarizável de 78.470 crianças e jovem, entretanto, apenas 9. 483 frequentavam escolas. Percebemos, então, o descaso com o ensino público de Alagoas.

Diante do quadro crônico em que vivia a educação alagoana, os jovens de família rica preferiam estudar na Província de Recife ou Salvador, pois lá iriam se preparar com mais êxito para os exames preparatórios com professores também responsáveis pelo ensino superior (VERÇOSA, 2006, p. 87).

Em 1872, o Diretor da Instrução Pública, Tomaz Espíndola, comenta sobre a precariedade das condições e instalações de tais escolas: “exíguos espaços tomados das casas alugadas, onde vivem o professor e toda a sua família, pois, o que ele recebe, a título de ajuda, não lhe permite alugar outro prédio que se destine, exclusivamente, à escola” (VERÇOSA apud ESPÍNDOLA, 2006, p. 94).

A crise da educação em Alagoas continuava ampliada, no que diz respeito ao ensino público e particular, vejamos o quadro a seguir:

DADOS GERAIS DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS EM 1888:

TIPOS DE ESCOLA	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS
ASSISTENCIAIS	04	593
PRIMÁRIAS E PÚBLICAS	184	6.458
APRENDIZES MARINHEIROS	01	55
COLÉGIOS PARTICULARES	22	777
AULAS AVULSAS EM PENEDO ²	02	53
CURSO NORMAL	01	58
LICEU DE MACEIÓ	01	226
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS	01	637

² O ensino secundário era ofertado no Liceu de Maceió e nas cadeiras de Latim e Francês de Penedo (Diário das Alagoas, 12 de Outubro de 1888, nº 257, p. 1).

TOTAL	216	8.850
-------	-----	-------

Fonte: Craveiro Costa, 1931, p. 21.

A história da educação alagoana enfrentou vários problemas com relação as suas instalações. Durante o século XIX existiram poucas escolas públicas e particulares em Alagoas, parte dessas escolas era destinada apenas a estudantes do sexo masculino, pois as mulheres de início não tiveram acesso a uma educação escolar. No final de 1880, tínhamos somente na nossa capital um único prédio escolar exclusivamente para o fim educativo. Grande parte das escolas funcionava em casas alugadas pelos professores, sendo retribuídos com uma pequena fixada em lei. (VERÇOSA, apud VILELA, 2006, p. 94).

A respeito das condições dos serviços públicos em seu relatório de 1861, comenta o presidente da província Pedro Leão Velloso.

Conhece V. Exc. Perfeitamente as condições em que se acha este importante ramo do serviço público; sabe V. Exc. É esta a província que, relativamente, maior sacrifício faz com a instrução primaria; mas sinto dizer que sem resultado correspondente; a causa primordial está no pessoal que, em geral, não satisfaz as condições do professorado, nem cumpre seus deveres (www.crl.edu/content/brazil/ALA/html).

Para tentar resolver tal problema foi solicitado pelo mesmo presidente em 1862, uma comissão composta por alguns professores como, Bernardo Pereira do Carmo Júnior, José Alexandrino dias de Moura e pelo vice-diretor da Instrução Pública, Tomaz do Bomfim Espíndola, a fim de estudar a distorção do ensino e indicar reformas para o melhoramento da instrução pública em Alagoas. Para o presidente da província, Antônio Alves de Souza Carvalho, o problema do ensino estava relacionado ao corpo docente, entretanto, a solução estava relacionada à necessidade de formar mestres e sujeita-los a inspeção. A respeito do problema afirma o mesmo presidente da Província.

Julgo de muita conveniencia, para verdadeira inspecção e fiscalisação do ensino uma visita incerta às escolas centraes uma vez por anno. Os professores habitualmente descuidados, receiosos dessas visitas inesperadas de pessoa em que não actuão razões de condescendencia e proteção, procurarão sem duvida melhor cumprir os seus deveres, para não serem apanhados em flagrantes omissões (www.crl.edu/content/brazil/ALA/html).

Outro fator decisivo referente á situação na educação diz respeito ao financiamento do ensino. Em matéria do jornal Diário das alagoas no ano de 1858, os

professores do ensino primário e secundário solicitavam aumento de salário³. No mesmo jornal em 1859, o padre Manoel Amâncio das Dores Chaves, lente substituto do liceu de Maceió, solicita o pagamento de seus ordenados atrasados⁴. No mesmo periódico e no mesmo ano, a matéria trata da reclamação dos professores por falta de interesse do Governo na melhoria das condições e salário dos professores do ensino de primeiras letras da província⁵.

Esses fatores permaneceram presentes em nossa Província por muito tempo, como podemos observar na notícia do jornal Gutenberg do ano de 1890, que trata da matéria onde há uma denúncia de um docente sobre a situação de rebaixamento salarial dos professores primários vinculados ao Governo do Estado, reclama ainda a elevação dos valores dos aluguéis pagos aos estabelecimentos escolares da capital⁶. A instrução secundária, como vimos, passou por momentos difíceis, a ponto de ser extinto o Liceu Alagoano por falta de verba pública.

³ Diário das Alagoas, 02 de julho de 1858, n° 100, p. 1.

⁴ Diário das Alagoas, 24 de novembro de 1859, n. 269, p. 1.

⁵ Diário das Alagoas, 11 de fevereiro de 1859, n° 33, p. 02.

⁶ Gutenberg, 18 de junho de 1890, n° 130, p. 3.

CAPÍTULO II

A CRIAÇÃO E O DESDOBRAMENTO DO LICEU DE ALAGOAS

O Liceu de Maceió foi criado em 1849, seguindo assim como os outros, os padrões do Colégio Pedro II. De acordo com Craveiro Costa (1931), a criação do Liceu contribuiu para a centralização do ensino secundário e das cadeiras avulsas. Pela matrícula, era cobrada a taxa de 6\$400 (seis mil e quatrocentos réis), o que nos leva a constatar que o ensino público, desde seu início, teve um caráter parcialmente privado. É importante salientar também que em Maceió não havia nenhum prédio público escolar, e a casa onde funcionava o Liceu era alugada, ocasionando dispêndio aos cofres da província ao final do ano de 1852, a quantia de 384 mil réis (VERÇOSA, 2001, p. 34). Como vimos, os liceus nordestinos passavam também por grandes dificuldades até consolidarem seu funcionamento. A referida instituição desde sua criação teve uma vida atribulada e precária. Os próprios governantes da província faziam diagnósticos, mas não apontavam soluções. Cabia-lhes tomarem atitudes, a fim de sanarem os erros e enfrentarem os obstáculos, mas nenhuma atitude de sentido prático foi realizada, demonstrando assim que muitos dos homens públicos que estiveram à frente do governo não possuíam compromisso político para governar, de forma que o Liceu foi extinto doze anos após sua criação.

Segundo Duarte (1961), o nosso Liceu foi criado pela lei nº 106, de 05 de maio de 1849, sancionada pelo então Presidente da Província, o coronel carioca Antônio Nunes de Aguiar⁷. Em 04 de junho do mesmo ano, Aguiar publicou o Estatuto da Congregação do Liceu, que seguia o modelo do Colégio Pedro II, apesar de ter induzido novos postulados na tentativa de adequá-lo à realidade alagoana; afinal, como sabemos, na época era comum que todos os estabelecimentos de ensino secundário seguissem o estatuto do colégio Pedro II. Contudo, é interessante pensarmos até que ponto Aguiar adequou o estatuto á realidade local, contrariando assim as normas imperiais. Este estabelecimento de ensino iniciou seu funcionamento com oito cadeiras: Gramática Nacional, Latina, Francesa e Inglesa, Geometria, Geografia, Retórica e Filosofia; havia um professor para cada uma delas.

⁷ Antônio Nunes de Aguiar governou por apenas cinco meses e oito dias; por isso, as aulas do Lyceu iniciaram-se somente na administração seguinte de José Bento da Cunha Figuerêdo, que governou de 14 de julho de 1849 a 18 de abril de 1853 (DUARTE, 1961, p. 31).

No relatório de 1854, direcionado ao presidente da Província, José Antônio Saraiva, o diretor-geral do liceu, José Corrêa da Silva Titara, comunica que o estabelecimento possui oito cadeiras, sendo seus respectivos professores:

[...] O Dr. Francisco José da Silva Porto, lente de Gramática Nacional; Iago Francisco Pinheiro, lente de Gramática Latina; Dr. José Sezinando Avelino, lente de Gramática Francesa; Dr. José Alexandrino Dias de Moura, lente de Gramática Inglesa; José Próspero Jeová da Silva Carotá, lente de Geografia e História; Inácio Joaquim Passos Junior, lente de Retorica e Poética. Havia duas cadeiras vagas; Aritmética e Geometria; Filosofia Racional e Moral (DUARTE, 1961, p. 33).

Os professores do Liceu eram nomeados pelo presidente da Província, permanecendo vitalícios a partir de quatro anos de exercício. Eles não podiam acumular emprego civil, e o cargo não deveria ser exercido por oficiais do exército. Até 1852 os professores efetivos recebiam um ordenado equivalente a 600\$000 (seiscentos mil réis). Naquele ano foi adicionada ao orçamento da província a quantia de 384\$000 (trezentos e oitenta e quatro mil réis) para o aluguel da casa onde funcionava o liceu. Como dissemos anteriormente Maceió não contava com prédio público escolar que fosse adequado para o funcionamento de uma escola.

Mesmo com o funcionamento do Liceu, alguns dos estudantes, ditos mais abastados, continuavam preferindo frequentar os colégios secundários de Recife e Salvador, a fim de logo acessarem aos cursos de Medicina e Direito, lamenta o presidente Sá e Albuquerque (VERÇOSA, 2001, p. 35). O que significa uma questão de status social para alagoanos.

Para Duarte (1961), em 1855 o Liceu chegou a registrar mais de duzentos alunos matriculados, um número significativo, embora o aproveitamento não fosse considerado satisfatório.

O jornal *Diário das Alagoas*, de 3 de março de 1858, trata da abertura de novas matrículas para vinte e três alunos. Aqueles referentes ao ano anterior continuariam com a mesma matrícula. Podemos perceber que o número de vagas oferecido para a população de Alagoas era reduzido, acomodando apenas a elite.

Demonstraremos abaixo uma tabela contendo a lista de estudantes do Liceu de Maceió, examinados, bem como o grau de aprovação, matérias e dias dos respectivos exames.

MAPA DEMOSNTRATIVO DOS EXAMES PRESTADOS PELOS ALUNOS
DO LICEU DE ALAGOAS NO ANO DE 1858

MATERIAS	ALUNOS EXAMINADOS	DIAS DOS EXAMES	GRAU DE APROVAÇÃO
Geografia	Prisciliano Manoel da Silva	22 de novembro	Plenamente
Latim	João Vasco Cabral de Algonex	Idem	Idem
Latim	José Vieira Sampaio	Idem	Idem
Francês	José Correia Paes Junior	23 de novembro	Com louvor
Francês	Aureliano Pedro de Farias	Idem	Idem
Francês	Antonio Anthero Alves de Monteiro	Idem	Plenamente
Francês	José Januário de Carvalho	Idem	Idem
Retórica	Aureliano da Nóbrega	24 de novembro	Idem
Retórica	Antonio Anthero Paes Júnior	Idem	Idem
Retórica e Poética	José Corrêa Paes Júnior	Idem	Idem
Retórica e Poética	João vasco Cabral de Algonex	Idem	Idem
Geometria	Aureliano Pedro de Farias	25 de novembro	Idem
Filosofia	José Corrêa Paes Júnior	Idem	Idem
Filosofia	Domingos Bento de Moeda Júnior	Idem	Simplemente

FONTE: Diário das Alagoas, dezembro de 1858.

Segundo Abelardo Duarte (1961), entre os anos de 1854 e 1865 surgiu uma proposta de tronar o liceu em internato a fim de diminuir a indisciplina. A ideia de internato surgiu a partir da grande proliferação dos colégios particulares que funcionava naquele formato possibilitando o isolamento do adolescente, longe das vistas do mundo. Este tipo de disciplina impunha as famílias respeito pela educação integral voltada para os adultos. Esta decisão foi sancionada pelo Presidente da Província das Alagoas, José Antônio Saraiva, mas não foi efetivada “[...] fica o Presidente da Província autorizado a estabelecer um internato sob sua inspecção e entregue a imediata administração de um diretor de sua livre escolha, que deverá ser pessoa de reconhecida ilustração e costumes exemplares” (DUARTE, 1961, p. 45). Embora esta lei tenha sido aprovada, na prática ela não foi efetivada. O art. 8º da mesma Lei estabelecia também a extinção do Liceu, mas as cadeiras de Gramática Latina, Francês, Gramática Nacional e Análise dos Clássicos, foram mantidas (DUARTE, 1961, p. 46).

Os estudantes do Liceu escreveram um jornal, *O Lyceista Alagoano*, que foi o primeiro jornal dos alunos do antigo Liceu. Sua primeira versão apareceu em 5 de março de 1859 e foi impresso na tipografia constitucional. O formato era de duas colunas com quatro páginas e chamava-se “periódico literário recreativo”. Esse jornal passou a circular regularmente, e sempre contava com a elaboração dos alunos (DUARTE, 1961, p. 141). Estes também criaram o *Centro Literário Estudantêsco*, que contava com a participação dos estudantes do Liceu, sócios do Centro, e figuras do meio intelectual de Maceió. O estudante Francisco Brandão proferiu conferência literária no Centro Literário em prol da construção da estatua de José de Alencar, de cujos livros exerciam grande influência no meio estudantil. Merece destaque o estudante, Aureliano de Farias, do qual fizemos referência na tabela acima. Ele foi o criador da Sociedade Literária e recreativa, cuja função era defender o estudo das letras e ciências para o progresso da nação⁸. Estes acontecimentos davam provas de que a juventude do Liceu nem sempre expressava ideias de indisciplina e desamor ao estudo (DUARTE, 1961, p. 154). Eles tinham gosto apurado pela literatura, dada a ênfase nos estudos das humanidades.

2.1 Extinção e restauração da instituição

Segundo a fala do presidente da província da época, o Conselheiro Sá e Albuquerque, a falta de interesse dos alunos do Liceu não se dava pelo despreparo do corpo docente, mas sim pelo fato de que as famílias abastadas preferiam mandar seus filhos estudarem em Recife ou Salvador, onde existiam escolas superiores. Isto possibilita sobretudo prestígio.

Com a ideia da criação do internato, o rígido regime acabaria com a “desordem” e o Liceu Alagoano ficaria extinto. Este dado não foi exclusivo de Alagoas, fatos semelhantes ocorreram em outras províncias. A ideia de transformar o liceu em internato não vingou. Desse modo, o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho o extinguiu em 1861, continuando em funcionamento de forma isolada, apenas as cadeiras de Gramática Latina, Francês, Gramática Nacional e Análise dos Clássicos.

A falta de disciplina e de obediência dos alunos ao Estatuto da Congregação apresentada como um dos fatores que levaram ao seu fechamento em 04 de julho de

⁸ Diário das Alagoas, 14 de setembro de 1860, n° 212, p. 03.

1861, pela Lei Provincial nº 370, não atingindo assim a forma de internato. Com a extinção da instituição, Maceió volta a oferecer o ensino secundário no antigo formato de aulas avulsas⁹, sendo as aulas ministradas nas casas dos professores, a exemplo de José Filinto Cutrim, ao divulgar que ministrava aulas de inglês em casa ou em domicílio, José Alexandre Passos, com Língua Portuguesa e Padre Amâncio com aulas de Latim (DUARTE, 1961, p. 48).

Segundo Duarte (1961), a extinção do Liceu representou um retrocesso no sistema de ensino secundário. Não sendo uma particularidade somente em Alagoas, foram também extintos os da Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí, como vimos no início do texto. Comenta o mesmo autor sobre a evolução do ensino secundário no Brasil:

Mas as iniciativas das províncias criando liceus, como o Ateneu do Rio Grande do Norte e o Liceu Provincial da Bahia (1836), os de Taubaté e de Curitiba, em São Paulo (1846), que logo se extinguíram por falta de alunos e de professores, o Ateneu cearense, o Liceu do Maranhão e o Colégio Paraense, entre outros não conseguem acompanhar a evolução prosseguida, no domínio particular, pelas instituições do ensino secundário (DUARTE, 1961, p. 21).

Percebemos que um dos fortes motivos da causa da extinção do nosso Liceu foi também a criação de colégios particulares, nos quais eram ofertados os ensinos primários, como o São domingos, Nossa Senhora da conceição (em Penedo), São Bernardo, São José, Bom Jesus, 7 de setembro (DUARTE, 1961, p. 22), os quais ofereciam melhores condições materiais e inovação em relação aos métodos de ensino.

O Liceu foi restaurado em 1863, na presidência de João Marcelino de Souza Gonzaga. Assim, a Lei regulamenta a reabertura da instituição e define:

Art. 1º- O liceu desta Capital extinto pelo art. 8º, da lei nº 370 de 4 de julho de 1861 será restabelecido com as cadeiras de gramática Nacional e Análise dos Clássicos portugueses, gramática latina, francesa, Inglesa, Aritmética, Álgebra, Geometria e Geografia, cronologia e história, continuando a fazer parte do mesmo liceu as cadeiras que ficaram existindo em virtude do citado art. 8º da referida lei de 4 de julho de 1861”.

A reabertura das aulas no liceu só ocorreu em 1º de fevereiro de 1864. No decreto imperial nº 5429, de 2 de outubro de 1873, estabelecia os exames gerais de preparatórios para todo o império.

No aviso circular do Ministério do Império ocorrido em 12 de outubro de 1875, e que dava início aos exames gerais de preparatórios (DUARTE, 1961, p. 53).

⁹ As aulas avulsas eram ministradas por um professor, sem articulação com as demais disciplinas, ou com escolas. Eram, portanto, disciplinas autônomas e isoladas, ensinada sem um plano de estudo estruturado.

Somente em 01 de fevereiro de 1864, a partir da resolução Presidencial nº 395, o presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, leva o Liceu a reiniciar suas aulas, com as cadeiras de Português, Francês, Latim, Inglês, Geometria e Geografia. Dentre as cadeiras extintas merecem destaque às de Retórica e Filosofia¹⁰, por serem essenciais para a matrícula em Faculdades de Direito e que eram lecionadas no estabelecimento de ensino secundário de natureza pública no Colégio de Nossa Senhora da Conceição, em Penedo. Isso nos permite observar que a reabertura do Liceu não veio acompanhada de uma reflexão e de ações que permitissem uma melhora do ensino na Província. O Liceu ressurgiu, mas, diferentemente do que ocorria no início de sua história, sua existência não supre nem mesmo as necessidades dos filhos das famílias ricas locais.

Em 1865 foi criada a primeira biblioteca na cidade de Maceió, localizada no Liceu Alagoano. Essa responsabilidade ficou a cargo da instituição, ampliada com livros doados pelo alagoano Melo Morais. Para garantir seu funcionamento, alguns cuidados foram tomados, como a instalação de um salão apropriado, com mesas e assentos para os visitantes, luzes, jornais ilustrados da Europa e alguns do Brasil, entre outros. Os lentes do Liceu também eram responsáveis pela biblioteca, ou ao menos deveriam ser membros componentes de um conselho ficando responsável pelo crescimento e prosperidade¹¹.

Os problemas enfrentados pelo ensino secundário não se alteraram e foram diversas vezes relatados ou por presidentes da Província ou por Inspectores Gerais dos Estudos, como Tomaz do Bonfim Espindola, que em seu relatório de 1866 afirma que o Liceu não possuía estudos sistemáticos, nem cursos, e sugere novamente a transformação do Liceu em Colégio, sob o regime misto de internato e externato, com um plano de estudos em harmonia com o Colégio Pedro II, em um curso de quatro anos. O Presidente da Província, José Martins Pereira de Alcântara, em seu relatório de 10 de junho de 1867, afirma que “[...] a instrução secundária precisa ser radicalmente reformada. A província precisa de um estabelecimento regular e completo onde a mocidade se possa habilitar para os cursos superiores” (DUARTE, 1961, p. 36).

¹⁰ Não foi possível identificar a causa da extinção dessas disciplinas.

¹¹ Diário das alagoas, 29 de Abril de 1865, n. 97, p. 1.

Havia também a falta de professor efetivo e atraso no pagamento dos salários. Passaram por essas dificuldades não só o Liceu Alagoano, como também o da Paraíba e o de Sergipe, entre outros liceus nordestinos.

Em 1870, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, em uma de suas falas à Assembleia Provincial, aborda algumas causas sobre o atraso da Instrução Pública e secundária na província alagoana:

Como uma das principais causas do atraso da instrução pública secundária na província assinalarei o fato da existência de colégios acreditados nesta capital e nas duas vizinhas. Os mancebos que dispõem de certos recursos preferem entrar para aqueles estabelecimentos, como alunos internos, obtendo assim maior aproveitamento e mais facilidade para os exames (DUARTE, 1961, p. 22).

Podemos perceber a concorrência entre colégios fundados na Província de Alagoas, levando os alunos a preferir estudar em estabelecimentos que aceitavam internos. A concorrência desses colégios “pesava” mais pelo fato de o currículo do Liceu ser incompleto, pois havia sido extintas as cadeiras de Retórica e Filosofia. Apesar desses fatos, o ensino secundário de alagoas não apresentava baixo número de matrículas, pelo contrário, o número de alunos frequentando era considerável, pois só era inferior aos de Pernambuco e Bahia, em comparação com os outros estados do Nordeste.

Após anos da restauração do Liceu em 1872, voltou-se a ideia de transformá-lo em internato. O Presidente da Província Silvínio Euvídio Carneiro da Cunha, apresentou um relatório a Assembléia Legislativa reconhecendo a aptidão dos professores do Liceu e afirmando que o mesmo prestaria melhores serviços a Instrução Pública, se fosse convertido em um internato. Para ele a conversão em internato haveria mais disciplina e estudo por parte dos alunos, pois, nos colégios particulares a disciplina era rígida chegando até mesmo aos castigos corporais, o que não era admissível em estabelecimento de ensino público (DUARTE, 1961, p. 65) pelo menos do ponto de vista da lei.

Podemos perceber que o liceu tinha grande importância na sociedade alagoana, por seus professores ocuparem cargos de prestígio. Eram autores de obras didáticas utilizadas no Curso Normal. Tinham a grande responsabilidade de regulamentar a instrução pública, a incumbência de escolher professores e obras didáticas e outros assuntos relacionados à educação, determinando também o currículo das escolas

primárias e do curso Normal. Para entendermos melhor essas atribuições, vejamos o que dizia a reforma do ensino público de Alagoas, de 10 de junho de 1890:

Art. 5º regulamenta que o cargo de diretor da instrução publica será ocupado por um dos professores do Liceu.

Art. 8º a congregação dos professores do Liceu, será ouvida sobre todos os negócios mais importantes da instrução publica, taes como regulamentos, adopção de obras didacticas, reformas, etc.

Art. 22 os livros e compêndios para as escolas serão os aprovados pela congregação dos professores do Liceu (GUTTENBERG, 10 de junho de 1890).

2.2 Intelectuais docentes do Liceu

A respeito dos professores catedráticos e interinos entre os anos de 1849 a 1960, Abelardo Duarte, teve o cuidado em revisitar alguns equívocos que comentou na primeira versão da obra *História do Liceu Alagoano* (1961) e por esse motivo elaborou um opúsculo intitulado *Acréscimos e Retificações A História do Liceu Alagoano* (1963). O corpo docente do Liceu era composto por profissionais de grande destaque da época que, na maioria das vezes, eram médicos, advogados e padres. Na falta de professores efetivos era contratado um grande número de professores substitutos o que prejudicava o bom andamento das aulas. Dessa forma, tanto os professores efetivos como os substitutos sofriam problemas relacionados ao pagamento dos salários.

A exemplo de professores substitutos do Liceu, podemos citar o poeta Filinto da Costa Cutrim, professor de Francês; Padre Amâncio das Dores Chaves, professor de Latim, que estava sempre a reclamar pelo pagamento de seus ordenados vencidos¹² e José Antônio Bahia da Cunha, professor de Geometria. Com relação aos compêndios adotados em 1849 pelo Liceu vale citar:

- Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses. O resumo da Gramática de Jerônimo Soares Barbosa.
- A vida de D. João de Castro, por Jacinto Freire, Os Luziadas de Camões.
- Gramática Latina: O Compêndio do Pe. Antônio Vieira, A Gramática de José Vicente de Moura, A História Sagrada, Cornélio, As fábulas de Phedro, Salustiano, Virgilio Tito Livio.
- Gramática Francesa: O Compêndio de Emile Sevéne, Telêmaco por Fenelon, As fábulas de La Fontaine.

¹² Diário das Alagoas, 24 de novembro de 1859, n. 1859, p. 1

- Gramática Inglesa: A Gramática de Constâncio, A História da Grécia por Goldsmith, O Paraíso Perdido por Milton.
- Geometria: Os compêndios de La Groix.
- Filosofia: os compêndios de Ponelle.
- Geografia, Cronologia e História: O compêndio de Julio Franck, o compêndio de José Saturnino da Costa Pereira.

O Liceu era composto por intelectuais, como Tomaz do Bonfim Espíndola, Padre Amancio, Felinto Elisio da Costa Cutrim, José Alexandre Passos e Inácio Joaquim Passos. Estes homens produziam artigos jornalísticos, compêndios, impressos literários e escolares, discursos parlamentares e relatórios.

Estes, semelhantes a outros intelectuais brasileiros de nossa época, pretendiam transformar a nossa sociedade em um país civilizado, copiando o modelo europeu que era referência para toda a nação.

Os primeiros compêndios ou livros didáticos destinados à escola primária e secundária de Maceió foi o de Geografia, escrito pelo professor do Liceu, Tomaz Espíndola em 1874, que também era professor de Cronologia e História, e o outro de Cronologia e Cosmografia, publicado em 1890 por Manuel Balthazar P. Diégues Júnior.

Outros intelectuais também se destacaram publicando compêndios que circularam por várias escolas de nossa capital, como o de Antônio José Duarte, primeiro autor alagoano de livros didáticos de Matemática e professor de Geometria e Trigonometria do Liceu. Destacamos suas principais obras: *Pontos de aritmética* em 1875 e *Apostilas de Aritmética Elementar* em 1884 (DUARTE, 1961, p. 67). José Alexandre Passos, professor e filólogo, ministrava aula de gramática Nacional, já seu irmão, ensinava Retórica, ambos eram professores do Liceu e também autores de obras didáticas. Eles também atuaram na imprensa alagoana, Joaquim Passos no jornal *Constitucional* em 1851 e José Alexandre no *Philangelho* em 1854. Inácio Joaquim Passos Júnior se destacou por ter sido poeta, jornalista, professor de Retórica, Poética e Filosofia do Liceu.

O professor e as obras didáticas que tiveram maior visibilidade foram de José Alexandre Passos, que escreveu o *Diccionario Grammatical Portuguez* em 1865; *Taboas Grammaticais das desinências latinas* ou *Compendio auxiliar para o estudo do latim* em 1881 e o *Resumo de Grammatica Portugueza*, publicada em 1886.

Filinto Elisio da Costa Cutrim, professor de Língua Francesa, escreveu a obra poética *Flores Murchas*, mais tarde acusado de plágio. Padre Amâncio das Dores Chaves, lente de Retórica, escreveu no jornal *O Mercantil*, juntamente com Filinto Elisio, fundado pelos dois. O professor Manuel Balthazar Diégues Júnior divulgou vários impressos, como *O Magistério* em 1887, vinculado ao Instituto dos Professores Primários, estando este a seu cargo, como também a Revista *A Escola* em 1882.

2.3 A equiparação do Liceu ao Ginásio Nacional

Segundo Duarte (1961), em 1897 o Liceu obteve sua equiparação¹³ ao Ginásio Nacional, nome dado ao antigo Colégio Pedro II. Em ato de solenidade, o Dr. José Antônio Duarte, professor de História Geral, profere um discurso:

Tenha o novo círculo que agora se abre as aspirações legítimas da nossa mocidade do curso de ciências e letras, a magia de fraternizar todos os espíritos que nele vieram ilustrar-se, e servir de exemplo edificante à reforma que necessariamente deve experimentar a nossa coletividade literária nas suas diferentes relações. (DUARTE, 1961, p. 146).

Esta equiparação colocou o Liceu numa posição de destaque em relação aos outros colégios secundários da província, os quais só seriam equiparados ao Pedro II nos anos de 1930, na Era Vargas. Até então, os alunos que quisessem ter curso superior deveriam prestar exames no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Com a equiparação, os estudantes não precisariam ir ao Rio de Janeiro, formava-se uma banca examinadora local. A fim de ingressar nos cursos superiores vários estudantes vinham de outras províncias para realizar o exame em nosso Liceu, devido à facilidade em receber os certificados, tornando-o em “fábrica de exames preparatórios” tendo em 1899, a aprovação de 1.265 rapazes e no ano seguinte, 989. O governo da época, aproveitando-se, fez da facilidade um negócio, elevou a taxa de matrícula e dos certificados (VERÇOSA, 2001, p. 38).

¹³ A equiparação do Liceu Alagoano ao Colégio Pedro II significava que o primeiro teria autonomia de realizar os exames gerais de preparatórios, os quais permitiam o ingresso do aluno secundarista aos cursos superiores. Até então somente o Pedro II tinha este poder.

CONCLUSÃO

Ao realizarmos esta pesquisa sobre a trajetória do Liceu Alagoano entre os anos de 1849-1900 evidenciamos o grande papel dessa instituição durante o século XIX. Com relação à estruturação do ensino na Província de Alagoas, vimos que o ensino secundário no Século XIX era destinado à elite intelectual masculina, assim também ocorria em Alagoas, e em outras províncias espalhadas pelo país. Mesmo enfrentando muitas dificuldades, o Liceu era visto como instituição modelo, sendo referência para as escolas particulares, apresentando o corpo docente mais bem preparado das províncias brasileiras. Pelos Liceus passavam os homens de letras do Império, e todas as províncias reconheciam a qualidade e importância dessa instituição.

A partir da publicação do Ato Adicional em 1834, determinando as Províncias o encargo relativo à instrução primária e secundária ocasionou uma descentralização no ensino, acarretando prejuízos para a educação popular brasileira.

A educação do século XIX tentava imitar aquela dos países considerados civilizados, embora o Brasil tivesse como base econômica a monocultura agrícola, que se utilizava de mão-de-obra escrava, e estivesse submetido a uma sociedade patriarcal, administrado por um monarca. Ou seja, considerando a América Latina, o Brasil era o único tardiamente a sair do sistema político monárquico mantido pelo trabalho escravo. Naquela época, era comum que os filhos primogênitos fossem encarregados de cuidar dos negócios da família, e somente os outros é que poderiam prosseguir nos estudos. As mulheres só aprendiam o necessário para as prendas domésticas, seguiam somente até o ensino primário.

Verificamos que desde o início, nosso Liceu vivenciou uma vida atribulada e precária. Passou por várias dificuldades, devido à falta de compromisso político, como o investimento em educação. Poderemos citar o descaso com os professores, bem como a falta de vínculo efetivo, uma vez que parte dos docentes era substituto, esse fator propiciava a alternância entre eles, implicando no ensino e na dificuldade em ministrar algumas disciplinas ofertadas no currículo.

A grande dificuldade enfrentada por esta instituição era a evasão escolar devido à proximidade das faculdades vizinhas de Pernambuco e Bahia, onde os estudantes iriam estudar com os professores que iriam futuramente os examinar para seguir nos cursos superiores. Como também a grande oferta de colégios particulares existentes na capital, tendo como diretor os próprios professores do Liceu Alagoano. Outro fator

apontado no texto diz respeito à indisciplina dos estudantes, sendo alvo de muitas falas do presidente da Província. Entretanto, ficou evidenciado em nosso estudo que tal crise estava relacionada muito mais à falta de verba que era destinada ao ensino secundário em Alagoas.

Todos esses aspectos mencionados fragilizaram e desestruturaram nosso Liceu que sofreu sérios problemas, chegando a ser extinto em 1861. A suposta causa apontada seria a exaustão dos cofres públicos e a indisciplina dos alunos. No entanto, este fato nos chamou a atenção, pois até que ponto uma instituição constituída por professores intelectuais, aptos não conseguia organizar seus alunos, de forma que a indisciplina seria um forte motivo para extinguir o Liceu Alagoano. Entendemos que a indisciplina seria a justificativa governamental, apontada no intuito de cobrir as falhas da instituição.

Verificamos também, que mesmo com sua restauração em 1864, o Liceu permaneceu com sua organização debilitada, não se preocupando em refletir sobre as dificuldades enfrentadas pela instituição desde sua fundação, dessa forma, a indisciplina continuou a ser uma das reclamações da diretoria da Instrução Pública.

Uma das grandes conquistas ao nosso Liceu foi sua equiparação ao Colégio Pedro II em 1897, dando a autonomia para realizar os exames de preparatórios, antes somente realizados no Pedro II.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela instituição, como o pouco investimento na contratação de professores efetivos, atraso nos salários e a baixa frequência de alunos, a instituição continuou prestigiado, sendo alvo de disputa entre a elite letrada. Quem assumia cargos de professor na instituição passava de uma ou de outra, a ter visibilidade e prestígio na sociedade alagoana.

Tais problemas foram uma especificidade do Liceu alagoano, outras instituições do Nordeste também enfrentaram situações idênticas, como a falta de prédios próprios, chegando até mesmo a ministrarem suas aulas na casa dos docentes, e dessa forma transferiam-se de lugar constantemente a exemplo do Liceu do Piauí que se mudou de Oeiras para Teresina e sofreu extinções e reaberturas. Em Sergipe a situação não se diferenciou. A frequência dos alunos era muito baixa e os professores reclamavam o atraso de seus pagamentos.

Em geral, esta pesquisa foi bastante significativa contribuindo par a ampliação do nosso conhecimento sobre a história da educação brasileira, em especial alagoana. Além disso, este é um objeto de estudo que ficará a disposição de alunos e professores, a fim de auxiliar futuras pesquisas, provocando interesse nos investigadores essa área.

Encontramos muitas dificuldades ao longo da pesquisa, como o horário de funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, aberto somente o horário da manhã, período em que estávamos matriculadas nas disciplinas do Curso de Pedagogia. No entanto, sempre que encontrávamos um tempo vago, como no período de recesso, nos dirigíamos para o centro de pesquisa. Outra dificuldade que localizamos no Instituto diz respeito à ausência de guias e catálogos, sendo este um recurso importantíssimo no sentido de agilizar o trabalho do pesquisador. Um trabalho árduo, que exige tempo, persistência e paciência, fatores essenciais que o investigador em história precisa possuir. Percebemos que, a história da educação, principalmente local precisa ser alvo de pesquisa dos estudantes, visto que esta área é pouco explorada. A pesquisa, além de ampliar nosso conhecimento, aguçou nosso interesse para dar continuidade ao trabalho, pretendendo ser projeto do Curso do Mestrado na área da História da Educação em Alagoas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. *A institucionalização do Ensino no Império*. In. XAVIER, Elizabete; RIBEIRO, Maria Luísa; NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.
- BARRETO, Luiz Antônio. *O Liceu Sergipano*. Revista do Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe. V.1. Aracajú, 1998.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESO, 1999.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.
- COSTA, Craveiro. *Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas*. In. VERÇOSA, Elcio de Gusmão (Org.). *Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos Tempos Atuais*. Maceió: Catavento, 2001.
- COSTA, Craveiro. *Instrução pública e instituições Culturais de Alagoas*. Maceió, Imprensa Oficial, 1931.
- DERMATINI, Zeila de Brito Fabri. Algumas reflexões sobre a pesquisa histórico-sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira. In. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). *História e história da educação*. Capinas, SO: Autores Associados, 1998.
- DUARTE, Abelardo. *História do Liceu alagoano*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.
- DUARTE, Abelardo. *Acréscimos e retificações à "História do Liceu Alagoano"*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, Imprensa Oficial, 1963.
- PEREIRA, Antônio Gomes Alves; VECHIA, Ariclê. *Um olhar sobre instituições de ensino secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II*. Cadernos de História da educação. Uberlândia, 2005.
- FERRO, Mario do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- GERALDO FILHO, Francisco. *A educação brasileira no contexto histórico*. 2ª Ed. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- NUNES, Antonietta de Aguiar. *A Formação dos Sistemas Públicos de Educação no Século XIX e sua Efetivação na Província da Bahia*. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 29 de Jan. 2008.
- NUNES, Maria Thétis. *Ensino Secundário e sociedade brasileira*. São Cristóvão: UFS, 1999.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto. Colégios e Liceus na Paraíba do Oitocentos: Oficina para Mandos e Ofícios da Cidade. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Orgs.). *Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 8-39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Provincial Presidential Reports. Disponível em: www.crl.edu/content/brazil/ALA.html. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2008.

REIS, José Carlos. *Os Annales: a renovação teórico metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico*. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). *História e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. *Biografia de Diegues Junior*. Maceió, 1926.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma Pedagogia do conflito*. In: SILVA, Luís Heron da; AZEVEDO, José Clovis de & SANTOS, Edimilson Santos dos (Orgs.). *Novos Mapas Culturais*. Porto Alegre, Sulina, 1996.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: INEP; EDUFMT, 2000.

VERCHIA, Ariclê; STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil. Século XIX*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, v. II.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. *Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais*. Maceió: Catavento, 2001.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. Maceió: EDUFAL, 2006.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

Fontes Impressas

- Diário das Alagoas, de 3 de março de 1858, ano I, n. 9, p. 02.
- Diário das Alagoas, 02 de julho de 1858, ano I, n. 100, p. 1.
- Diário das Alagoas, 11 de dezembro de 1858, ano I, n. 236, p. 3.
- Diário das Alagoas, 11 de fevereiro de 1859, ano II, n. 33, p. 2.
- Diário das Alagoas, 24 de novembro de 1859, ano II, n. 269, p. 1.
- Diário das Alagoas, 14 de setembro de 1860, ano III, n. 212, p. 03.
- Diário das Alagoas 29 de Abril de 1865, ano VIII, n. 97, p. 1.
- Gutenberg, 10 de junho de 1890, ano IX, n. 123, p. 1.
- Gutenberg, 18 de julho de 1890, ano X, n. 130, p. 3.